

1 **ATA DA 26ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CRP-MG – XVI PLENÁRIO**
2 **REALIZADA EM 11/07/2020.**
3

4 Aos onze dias do mês de julho de dois mil e vinte, com início às 09 horas, realizou-se,
5 online, a 26ª Plenária do XVI Plenário do Conselho Regional de Psicologia - 4ª Região
6 (MG). Estiveram presentes os **Conselheiros Efetivos:** Anderson Nazareno Matos;
7 Carolina de Siqueira Coutinho; Cláudia Aline Carvalho Espósito; Evely Najjar Capdeville;
8 Fabrício Júnio Rocha Ribeiro; Lourdes Aparecida Machado; Luiz Felipe Viana Cardoso;
9 Paula Lins Khoury; Renata Ferreira Jardim de Miranda; Rita de Cássia de Araújo Almeida;
10 Suellen Ananda Fraga; Walter Melo Júnior e Yghor Queiroz Gomes e os **Conselheiros**
11 **Suplentes:** Bruna Rocha Diniz de Almeida, Camila Bahia Leite; Cristiane Santos de Souza
12 Nogueira; Elza Maria Gonçalves Lobosque; Jéssica Gabriella de Souza Isabel; João
13 Henrique Borges Bento; Liliane Cristina Martins; Marleide Marques de Castro; Rodrigo
14 Padrini Monteiro e Thiago Ribeiro de Freitas. **Quórum de Conselheiros Efetivos:** Foi
15 verificado o quórum dos Conselheiros Efetivos presentes, totalizando 13, tendo o Plenário
16 elevado à condição de Conselheiras efetivas Cristiane Santos de Souza Nogueira e Elza
17 Maria Gonçalves Lobosque. **Justificativas de ausência:** Larissa Amorim Borges; Luís
18 Henrique de Souza Cunha; Maria de Lourdes Guimarães de Almeida Barros e Reinaldo da
19 Silva Júnior justificaram ausência. **Assuntos tratados:** COE: A Conselheira Rita Almeida
20 apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Representação 005/2020: Apresentação do
21 relatório com proposta de arquivamento de processo investigativo. O Plenário aprovou com
22 16 (dezesesseis) votos a favor e 01 (uma) abstenção. **Deliberação:** Dar ciência às partes. 2)
23 Representação 028/19: **Deliberação:** o Plenário acatou o pedido de dilação do prazo,
24 solicitada pela Conselheira Elza Maria Gonçalves Lobosque, que deverá apresentar
25 relatório fundamentando seu parecer sobre o processo, na reunião Plenária de
26 Agosto/2020. Marcha Virtual da Psicologia na Virada da Democracia: Psicologia rima com
27 Democracia antirracista. Em defesa da vida e dos direitos humanos no Brasil: A
28 Conselheira Rita Almeida informou que o CRP-MG recebeu uma crítica por e-mail em
29 relação à Marcha Virtual da Psicologia na Virada da Democracia: Psicologia rima com
30 Democracia antirracista. Em defesa da vida e dos direitos humanos no Brasil. A crítica se
31 deu pelo termo Democracia antirracista e por envolver um tema político, alegando que o
32 debate seria partidário. A Conselheira Rita Almeida sugeriu a elaboração de uma Nota de
33 Posicionamento do CRP a respeito. A Conselheira Liliane Martins informou que a
34 Comissão de Psicologia e Relações Étnico-Raciais está construindo, em conjunto com a
35 CDH, um texto sobre todos os ataques que estão sendo feitos à Democracia e a identidade
36 racial. A Conselheira Lourdes Machado ressaltou que o discurso de direita e esquerda é
37 novamente discutido. Lembrou que o mesmo ocorre com o negacionismo à COVID-19 e no
38 desmonte das políticas públicas. O resultado disso é o discurso do ódio, da intolerância,
39 que atinge principalmente as populações mais pobres e negras. Concluiu dizendo que o
40 CRP-MG precisa tomar um posicionamento mais amplo em defesa da democracia trazendo
41 as pautas que são mais caras ao Conselho e o enfoque nos Direitos Humanos. O
42 Conselheiro João Henrique informou que ocorreu uma atitude racista em um evento
43 organizado pelo CRP-MG em conjunto com o CRA-MG, em uma fala do convidado
44 relacionada à estética capilar de um participante. O Conselheiro Walter Melo adotou o
45 entendimento que a defesa dos Direitos Humanos não é desta gestão. Não se trata de uma
46 opinião, outra gestão não pensaria diferente. A Conselheira Liliane Martins perguntou se é
47 para levar para o grupo ampliado Democracia e Psicologia ou responder pelo CRP-MG. A
48 Conselheira Rita Almeida deixou a definição a critério das Comissões que produzirão a
49 Nota. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 18 votos favoráveis e 2 abstenção
50 encaminhar para o Grupo Psicologia e Democracia elaborar a Nota. COF: A Conselheira
51 Cláudia Espósito apresentou os seguintes pontos de pauta: 1) Lei 13931/2019: A
52 Conselheira Cláudia Espósito informou que foi recebido na Subsede Triângulo
53 questionamento de uma psicóloga que atua em Hospital com casos de violência contra a
54 mulher, sobre como responder a solicitação da Delegacia de Polícia que exigia, como

55 cumprimento da Lei 13931, o encaminhamento de relatório psicológico das mulheres
56 atendidas pelo serviço. A referida Lei dispõe sobre a notificação compulsória, nos casos de
57 indícios ou confirmação de violência contra a mulher, em serviços de saúde públicos ou
58 privados, impondo a obrigatoriedade de comunicação à autoridade policial, no prazo de 24
59 horas, para adoção de medidas cabíveis e para fins estatísticos. A resposta pela COF ao
60 questionamento da psicóloga foi com base no Código de Ética e questões relacionadas à
61 quebra de sigilo. A psicóloga foi instruída a não emitir relatório psicológico, pois esse
62 documento transmitiria muito além daquilo que seria necessário para cumprimento da
63 referida lei que seria de comunicar sobre os casos onde há indícios de violência. Foi
64 orientada sobre a “Nota Técnica de orientação profissional em casos de violência contra a
65 mulher: casos para a quebra do sigilo profissional” publicada pelo CFP em 2016, que versa
66 sobre a diferença entre notificação compulsória e comunicação externa. A COF fez contato
67 com instituições na cidade de Uberlândia que atuam no âmbito da violência contra a mulher
68 para ter noção dos impactos da referida lei nas ações das(os) psicólogas(os). Até o
69 presente momento, as instituições têm se negado a cumprir a Lei 13.931/2019. Elas têm
70 sustentado essa negativa na Nota Técnica produzida pelo Núcleo Especializado de
71 Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria do Estado de São
72 Paulo/NUDEM-SP e em Ofício resposta a essa Nota pelo Ministério da Saúde. A
73 Conselheira Cláudia Espósito ressaltou a importância de um acompanhamento a nível
74 federal e estadual dos desdobramentos da referida Lei e da sua regulamentação. Propôs
75 também, construções de possíveis orientações de como proceder a fim de evitar quebras
76 de sigilo sem fundamentação ética, em virtude de exigências de autoridades policiais
77 subsidiadas pela referida Lei. O Conselheiro Yghor Gomes perguntou como chegou a
78 demanda à COF e se o documento passou pela Subsede Triângulo. A Conselheira Cláudia
79 Espósito informou que uma psicóloga de Uberlândia trouxe a demanda e chegou à COF
80 pela Subsede Triângulo. O Conselheiro Yghor Gomes informou que representa o CRP-MG
81 no Conselho Municipal da Mulher de Uberlândia-MG e enfatizou a falta de informação da
82 categoria, que não acompanha as discussões em nível regional. Com a proximidade do
83 Triângulo Mineiro em relação a São Paulo e Goiás, os profissionais não atentam ao que é
84 tratado no próprio município. Entende ser necessário preservar o sigilo, tendo o profissional
85 que enviar o estritamente necessário para atender ao pedido. A Conselheira Cláudia
86 Espósito ratificou que trouxe a discussão para elaboração de uma orientação à psicologia
87 no que se refere ao tema. A Conselheira Camila Bahia referendou a fala do Conselheiro
88 Yghor Gomes quanto à proximidade com São Paulo e pediu que quando chegar uma
89 demanda da Subsede levar para as(os) Conselheiras(os) da região. A Conselheira Evely
90 Najjar sugeriu que como não há uma orientação do CFP, deveria ser levado para discussão
91 em nível nacional. A Conselheira Cláudia Espósito concordou com a Conselheira Evely
92 Najjar que a discussão é nacional e propôs ser pautado em Reunião de Presidentes de
93 CRP-MG. A Conselheira Lourdes Machado sugeriu qualificar a discussão no CRP-MG e
94 depois levar aos demais CRP’s. Reforçou que quando algum Conselho leva alguma pauta
95 ao CFP deve mandar o material construído previamente. **Deliberação:** O XVI Plenário
96 aprovou por 21 votos favoráveis a proposta de construção de orientação à categoria e
97 posteriormente levar para discussão em âmbito nacional. Aprovou a criação de um GT para
98 elaboração do material composta pelas Conselheiras Cláudia Espósito e Liliane Martins. 2)
99 Resposta sobre estágio remoto: A Conselheira Cláudia Espósito apresentou proposta de
100 orientação sobre estágio remoto e uso de TIC’s no contexto da pandemia para resposta às
101 demandas que chegam a COF a respeito. Destacou que a questão levantada é como o
102 Supervisor poderia estar em algumas práticas de estágio online e se responsabilizar por
103 esta(e) estagiária(o). A Conselheira Elza Lobosque ressaltou que em um grupo operativo é
104 possível a participação do Supervisor, sem a necessidade de estar presencialmente.
105 Reforçou que nos encontros ocorridos com supervisores/orientadores a queixa foi a falta de
106 apoio do CRP-MG em relação à supervisão e a cobrança pelas Instituições Privadas pela
107 realização do estágio remoto. A Conselheira Cláudia Espósito argumentou que a
108 orientação visa coibir que o aluno faça atendimento online como se fosse profissional,

109 evitar o exercício ilegal da profissão e desaconselhando o estágio remoto. A Conselheira
110 Evely Najjar propôs que a proposta de orientação deve estar alinhada com a discussão dos
111 Seminários. A Conselheira Cláudia Espósito explicou que o texto é para ser enviado ao
112 CFP juntamente com o relatório. A Conselheira Evely Najjar informou que o relatório foi
113 enviado ao CFP no dia 07/07. Lamentou a orientação proposta não ter sido incorporada ao
114 relatório, haja vista membros da COF e ETEC terem participado das reuniões. Por fim,
115 sugeriu que ocorra uma discussão ampliada visando dar o tom político do Plenário. O
116 Conselheiro Thiago Ribeiro informou que em Pouso Alegre houve uma regulação do
117 Prefeito para a prática presencial. A Universidade já está forçando a prática presencial. O
118 Conselheiro Luiz Felipe concordou com a redação do texto, e avaliou a necessidade de
119 alinhamento junto ao Plenário. Ter uma posição que não possa ser somente técnica. Alegou
120 que no estágio online o orientador fica mais exposto do que no estágio presencial. A
121 Conselheira Cláudia Espósito considerou válida a discussão ampliada. A Conselheira Rita
122 Almeida avaliou que no documento não está bem elucidado os argumentos utilizados para
123 o estágio virtual, alegando que são os mesmos em relação ao estágio presencial. Tem que
124 deixar nítido no texto qual é de fato o argumento que embasa para ter o cuidado. A
125 Conselheira Evely Najjar verificou a necessidade de alterar o final do texto para que ele
126 fique mais coerente com a discussão proposta no Relatório de Minas Gerais. A Conselheira
127 Paula Khoury sugeriu pautar na próxima Reunião Plenária em caráter de urgência a
128 discussão com mais tempo para tirar uma posição. A Conselheira Evely Najjar sugeriu
129 pautar a discussão dos Seminários da Formação juntamente com este ponto da COF, para
130 tirar um posicionamento para o Seminário Nacional, no final da Plenária. **Deliberação:** O
131 XVI Plenário acordou a alteração do final do texto de orientação sobre estágio remoto e uso
132 das TICs, com contribuições coletivas no grupo de whatsapp do Plenário. 3) Reuniões de
133 Orientação aos novos inscritos por meio de TIC's: A Conselheira Cláudia Espósito informou
134 que a partir do dia 15/07 serão realizadas reuniões de orientação às(aos) novas(os)
135 inscritos por meio de TIC's. A Conselheira Elza Lobosque informou que em Juiz de Fora a
136 Psicóloga Fiscal e as Conselheiras estão participando. Perguntou sobre a entrega da
137 carteira. A Conselheira Cláudia Espósito informou que a carteira profissional será entregue
138 pelos correios. A Conselheira Evely Najjar sugeriu que a COF entrasse em contato prévio
139 com as(os) Conselheiras(os) antes da definição da agenda das reuniões. **Deliberação:** O
140 XVI Plenário aprovou a realização das Reuniões de Orientação aos novos inscritos por
141 meio de TICs. Comissão de Título de Especialistas: A Conselheira Elza Lobosque
142 apresentou parecer de aprovação de 11 títulos de especialista aos quais 6(seis) em
143 Avaliação Psicológica; 4(quatro) em Psicologia do Trânsito e 1(um) em Psicologia Jurídica.
144 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 18 votos favoráveis o parecer pela aprovação de
145 11 títulos de especialista. Seminário "Formação em Psicologia no contexto da pandemia do
146 COVID-19: impactos da Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020": A Conselheira
147 Evely Najjar apresentou os números presentes no relatório das reuniões com
148 estagiárias(os), supervisoras(es)/orientadoras(es) e coordenadoras(es) de curso. Foram
149 1135 respostas ao formulário, 83% dos estudantes de instituições privadas e 17% de
150 instituições públicas e 54 Instituições de Ensino de Psicologia mineiras representadas. O
151 Conselheiro Fabrício Ribeiro refletiu sobre a diferença do ensino a distância e o uso das
152 TICs realizado no semestre letivo. Acrescentou que há uma dificuldade da transição do
153 presencial para o remoto, necessitando incluir com responsabilidade o uso das tecnologias.
154 Propôs continuar a fiscalização às IES que realizam práticas de EAD e de estágio remoto.
155 Em relação ao estágio remoto concluiu que a formação precisa acompanhar a profissão e
156 exercê-lo com ética, responsabilidade e coerência. Por fim, o Conselheiro Fabrício Ribeiro
157 informou que a PUC realizou estágio online por meio de estudo de caso e discussão de
158 filmes. Perguntou se na reunião as(os) estudantes consideraram essa prática como estágio
159 online. A Conselheira Evely Najjar explicou que na reunião com as(os) estudantes, foi
160 discutido que a utilização dos estudos de caso não caracteriza estágio. A Conselheira
161 Lourdes Machado informou que surgiu no Sistema Conselhos a proposta de fazer em
162 caráter emergencial o estágio remoto, porém as opiniões ainda estão divididas. O CRP-BA

163 radicalizou e entrou no Ministério Público sem aguardar o resultado do Seminário Nacional.
164 A Conselheira Lourdes Machado sugeriu esperar o que sairá de definição do Seminário
165 Nacional. O Conselheiro Thiago Ribeiro reforçou a impotência dos professores diante dos
166 grandes grupos educacionais. Ponderou a diminuição de carga horária, as demissões em
167 massa de professores e os 40% do EAD em Psicologia. Ressaltou que as decisões são
168 muito verticalizadas nas instituições de ensino. Denunciou que a Portaria da Prefeitura de
169 Pouso Alegre exige a assinatura de um termo de consentimento livre e esclarecido, antes
170 do retorno às atividades profissionais. Na prática a assinatura do termo vem sendo exigida
171 de forma obrigatória pelas Universidades. Questionou ainda, as condições insalubres dos
172 prédios das IES, com ar condicionado nas salas. A Conselheira Evely Najjar mencionou
173 que, na reunião de ~~os~~ supervisores/orientações eles se mostraram mais interessados em
174 compartilhar o que está sendo feito em sua supervisão, sem pensar em critérios para o
175 atendimento online. Não viu na reunião, o professor preocupado em estabelecer esses
176 critérios. A supervisão remota exige um monitoramento mais intenso da profissional. A
177 Conselheira Bruna Rocha propôs em sua Universidade ter uma sala para o atendimento
178 online com os equipamentos necessários. Reforçou sua preocupação com o sigilo do
179 atendimento. Como garantir que no local da casa do estagiário está sendo resguardado o
180 sigilo profissional. Avaliou a necessidade de flexibilizar os estágios remotos para atender a
181 demanda das(os) estudantes do 9º e 10º período. A Conselheira Evely Najjar informou que
182 nas discussões do Seminário as(os) supervisores/orientadores demonstraram poder estar
183 atentos à realidade dos alunos para proporcionar o sigilo profissional. O Conselheiro Luiz
184 Felipe argumentou que este período de pandemia está mudando a realidade da sociedade,
185 com a precarização do trabalho e as demissões dos professores. Sugeriu ao pensar na
186 flexibilização, defender as questões trabalhistas. Sugeriu que o CRP-MG estabeleça
187 critérios de como será feito o estágio online e atuar na orientação e fiscalização. A
188 Conselheira Evely Najjar frisou a sensação do professor, de estar incorrendo em situação
189 de falta ética e não se sentirem representados pelo CRP e a ABEP. O Conselheiro Fabrício
190 Ribeiro concordou com a fala do Conselheiro Luiz Felipe e sugeriu incluir o PSIND-MG
191 para ajudar a estabelecer as condições de trabalho para o ensino remoto. A Conselheira
192 Evely Najjar explicou que existe um documento publicado em 2013 pelo CFP intitulado
193 “Carta de Serviços sobre estágios e serviços-escola”, que tem o objetivo de oferecer
194 referências sobre a formação e o exercício profissional aos coordenadores, professores,
195 orientadores e supervisores de estágio, e também aos estudantes e comunidade. Informou
196 que recebeu um áudio da Presidenta do SINPRO-MG dizendo que os professores de
197 Psicologia de uma Instituição da subsede Sul estão demandando do CRP um
198 posicionamento a favor do estágio remoto. Ressaltou ainda, a necessidade de se tirar um
199 posicionamento para levar ao CFP. Há uma convergência em torno da diferença entre EAD
200 e estágio remoto e presencial. Caso o Sistema Conselhos defenda uma posição diferente o
201 CRP-MG terá que referendar. A Conselheira Paula Khoury resgatou que desde o início a
202 Conselheira Evely Najjar tem bancado que o CRP-MG não foi escutado pela ABEP e CFP.
203 Não avalia que o resultado do Seminário Nacional será produtivo. Defende que o Conselho
204 dê orientação aos estudantes a partir do relatório elaborado pelo CRP-MG. A Conselheira
205 Evely Najjar sugeriu a publicação do Relatório por meio de e-book. O Conselheiro Rodrigo
206 Padrini reforçou a necessidade de bancar a posição de Minas Gerais. A Conselheira
207 Camila Bahia alertou para os riscos éticos e técnicos das orientações por TICs e avaliou
208 que o mesmo pode acontecer nos estágios remotos em relação à privacidade do espaço,
209 pelo atendimento não acontecer na clínica-escola. A Conselheira Evely Najjar apresentou
210 como proposta de encaminhamento reconhecer a diferença entre o estágio remoto
211 emergencial e o EAD. Fazer a defesa do estágio remoto emergencial, desde que sejam
212 construídas diretrizes e referenciais pelo CFP, tendo em vista o seu caráter orientativo para
213 a categoria. A publicação do Relatório do Seminário em formato e-book e o alinhamento
214 com as Conselheiras de Minas Gerais no CFP para levar a posição de Minas Gerais.
215 **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou por 21 votos favoráveis reconhecer a diferença entre
216 o estágio remoto emergencial e o EAD. Fazer a defesa do estágio remoto emergencial,

217 desde que sejam construídas diretrizes e referenciais pelo CFP, tendo em vista o seu
218 caráter orientativo para a categoria. A publicação do Relatório do Seminário em formato e-
219 book e o alinhamento com as Conselheiras de Minas Gerais no CFP para levar a posição
220 de Minas Gerais. Composição da Comissão de DH: A Conselheira Jéssica solicitou retirada
221 do seu nome da coordenação da CDH e solicitou ao Plenário a indicação de um substituto.
222 O Conselheiro Rodrigo Padrini colocou o seu nome a disposição, com a condição de se
223 retirar da Referência da CPTO. A Conselheira Elza Lobosque se dispôs a ficar na
224 Referência da CPTO. **Deliberação:** O XVI Plenário aprovou a saída da Conselheira
225 Jéssica na CDH e a sua substituição pelo Conselheiro Rodrigo Padrini. Aprovou ainda a
226 Conselheira Elza Lobosque como Conselheira Referência da CPTO. Nada mais havendo a
227 tratar, encerrou-se a reunião, e eu, Evely Najjar Capdeville, lavrei a presente ata que, após
228 lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes. Belo Horizonte, 11 de
229 julho de 2020.

